

AUTORES

Sandro Dutra e Silva

Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGELICA), Anápolis, Goiás, Brasil
sandrodutra@unievangelica.edu.br

Giovana Galvão Tavares

Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGELICA), Anápolis, Goiás, Brasil
giovana.tavares@unievangelica.edu.br

Dominichi Miranda de Sá

Casa de Osvaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, Brasil
dominichi@coc.fiocruz.br

José Luiz de Andrade Franco

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil
jldafranco@unb.br

RECEPCIÓN

15 de agosto de 2014

APROBACIÓN

20 de octubre de 2014

DOI

**10.3232/RHI.2014.
V7.N2.03**

Fronteira, História e Natureza: a construção simbólica do Oeste Brasileiro (1930-1940)

Frontier, History and Nature: the Symbolic Construction of the Brazilian West (1930-1940)

Frontera, Historia y Naturaleza: la construcción simbólica del Oeste Brasileiro (1930- 1940)

Este trabalho tem por objetivo apresentar os discursos de ocupação do Oeste brasileiro nas publicações de Cassiano Ricardo, Henrique Silva e Zoroastro Artiaga, presentes nas revistas *Cultura Política* (1941-1945), *Informação Goyana* (1917-1935), *Revista Oeste* (1942-1944) e em outras obras publicadas nos anos de 1940. Fronteira e natureza são as categorias de análises trabalhadas, abordando-as sob a ótica da História Ambiental. As análises privilegiaram as abordagens científicas e ideológicas presentes nas fontes estudadas que permitiram identificar a construção simbólica do Oeste brasileiro.

Palavras-chave: **Fronteira; Natureza; Divulgação Científica; Oeste Brasileiro, Goiás.**

This article aims to present the discourses on the occupation of the Brazilian West in the publications of Cassiano Ricardo, Henrique Silva and Zoroastro Artiaga published in the magazines *Cultura Política* (1941-1945), *Información Goyana* (1917-1935), *Revista Oeste* (1942-1944) and in other works published during the 1940s. Frontier and nature are the analytical categories the article deals with, from an Environmental History perspective. The analysis privileges the scientific and ideological perspectives present in the works studied, which allow for the identification of the symbolic construction of the Brazilian West.

Key Words: **Frontier; Nature; Popularization of Science; Brazilian West; Goiás.**

Este trabajo tiene como objetivo presentar los discursos de la ocupación del Oeste brasileño en las publicaciones de Cassiano Ricardo, Henrique Silva y Zoroastro Artiaga presentes en las revistas *Cultura Política* (1941-1945), *Información Goyana* (1917-1935), *Revista Oeste* (1942-1944) y en otras obras publicadas en la década de 1940. Frontera y naturaleza son las categorías de

análisis trabajadas, abordadas bajo la óptica de la Historia Ambiental. Los análisis privilegiaron los abordajes científicos e ideológicos presentes en las referencias estudiadas que permitieron identificar la construcción simbólica del Oeste brasileño.

Palabras clave: **Frontera; Naturaleza; Divulgación Científica; Oeste Brasileiro; Goiás.**

Introdução

Esse artigo é uma tentativa coletiva de compreender, por meio da História Ambiental, o Oeste brasileiro. Nesse sentido, diferente da tradição historiográfica brasileira, muito influenciada pela produção francesa e também por uma leitura estruturalista dos processos históricos, este trabalho dialoga diretamente com a tradição norte-americana para compreender o Oeste por meio de conceitos como *Frontier and Wilderness*¹.

Uma referência importante para a utilização e as abordagens críticas sobre as apropriações do conceito de fronteira é Donald Worster² em seu trabalho sobre a tradição clássica e a inserção da natureza nesse contexto. Outra referência significativa é o trabalho de Henry Nash Smith³ sobre o Oeste americano como símbolo e mito. Em ambos os estudos verificamos uma interpretação da própria história americana por meio da relação entre história e natureza no território Oeste. O primeiro numa discussão acerca das heranças e críticas ao trabalho de Frederick Turner e, o segundo, por meio da utilização de diferentes abordagens culturais envolvendo um universo rico de fontes documentais como literatura, jornais, crítica literária, políticas governamentais, dentre outras.

Assim, seguindo esses autores, procuramos, em campo vasto e interdisciplinar, dialogar com os conceitos de fronteira e natureza, na compreensão da história ambiental do Oeste, mais especificamente sobre esse fenômeno em Goiás. Esse trabalho surge, portanto, com a finalidade de apresentar resultados parciais decorrentes do esforço coletivo de analisar o Oeste do Brasil articulado aos conceitos clássicos de *Frontier* e *Sertão*, muitas vezes utilizados no português com aproximações à ideia americana de *Wilderness*.

Nesse trabalho, em particular, buscamos evidenciar as tentativas de construir, simbolicamente, o Oeste, tendo como referência as políticas de ocupação territorial promovidas durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), em especial no período do Estado Novo (1937-1945) e com ênfase nos discursos da “Marcha para o Oeste”. Destacamos três revistas e três expoentes: *Informação Goyana*, de Henrique Silva, *Revista Oeste*, de Zorastro Artiaga, e *Cultura Política*, com Cassiano Ricardo. Essas fontes são anteriores e contemporâneas ao discurso oficial varguista. As revistas *Oeste* (1942-1944) e *Cultura Política* (1941-1945) foram criadas durante o Estado Novo e constituíram veículos de divulgação ideológica da Marcha para o Oeste. Já a revista *Informação Goyana* (1917-1935), apesar de anterior ao Estado Novo e aos discursos da Marcha, inaugura a propaganda sistemática da região do planalto central do país.

Como veremos neste artigo, os três periódicos promoveram o Oeste, e especialmente o estado de Goiás, como fronteira aberta, “terra livre e rica” em recursos naturais, região crucial para a própria expansão do povoamento do Brasil.

A Fronteira Goiás

Em 1893, Frederick Turner inaugura, com o artigo “The Significance of the Frontier in American History”⁴, uma tradição historiográfica baseada na compreensão dos efeitos e consequências sociais e culturais da ocupação da fronteira norte-americana em particular, e de outros territórios “vazios” capazes de atrair grandes contingentes populacionais em virtude da disponibilidade de recursos naturais. Ao sugerir o tema da fronteira (entendida não como *border*, limite geográfico entre países ou territórios políticos, mas como *frontier*, terra livre -ou considerada livre- em processo de ocupação ou colonização acelerada), ele criou uma nova perspectiva para analisar a história dos Estados Unidos da América (EUA). Essa perspectiva se baseia no entendimento de como se configuram as relações entre os humanos e o meio natural que ocupam. Esta concepção, bem sucedida por muitas décadas na historiografia norte-americana, e capaz de orientar estudos mais recentes, tem inspirado também historiadores de outros países.

Para entender a ocupação territorial do Brasil, autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Viana Moog, Pierre Monbeig, Stanley Stein, Russell-Wood, Stuart B. Schwartz, José de Souza Martins e Lúcia Lippi de Oliveira, entre outros, flertaram, em maior ou menor grau, com o conceito de fronteira, negando-o ou incorporando-o ampla ou parcialmente. Em uma aplicação mais ampla, o historiador inglês Alistair Hennessy publicou, em 1978, *The Frontier in Latin American History*⁵. Mostrou, a partir da comparação entre os EUA e diversas partes da América Latina, que a ocupação da fronteira se deu de maneira um tanto quanto diversa nesses dois espaços geográficos. Ele sustentou que, nos EUA, a fronteira avançou de maneira linear, com a anexação preferencial de terras vizinhas às terras anteriormente ocupadas e estabilizadas. Isso se fez com base em levantamentos territoriais e fundiários relativamente detalhados, em transferências programadas das terras públicas para grandes massas de particulares, e no estabelecimento de estrutura administrativa, meios de comunicação e transporte, escolas, universidades e atividades produtivas.

No caso da América Latina, em contraste, a ocupação da fronteira obedeceu a uma dinâmica definida por vários impulsos de avanço, alimentados pela restrição drástica dos beneficiários das cessões de terras e pela perspectiva de obtenção de riquezas fartas e imediatas por meio da extração e produção de bens primários. Esses impulsos se manifestaram quase sempre por “saltos” para permitir acesso a produtos ou áreas específicas, em geral distantes entre si, e não por uma ocupação sistemática e ordenada de faixas do território próximas entre si. Depois desses repetidos impulsos relativamente curtos, chamados de *booms* (“bolhas”), muitos espaços do território eram abandonados pelos colonizadores e esquecidos pelos governos centrais, dando origem às “fronteiras ocas” -*hollow frontiers*, extensões de terras que ficavam praticamente sem ocupação depois que os recursos naturais mais atraentes eram explorados e exauridos.

Mais recentemente, em 2006, o historiador norte-americano David McCreery, no livro *Frontier Goiás, 1822-1889*⁶, ao discutir a ocupação territorial da província de Goiás, observou que a literatura sobre fronteiras sugere que a fronteira “ideal” se manifesta em uma linha claramente móvel. Atrás dessa linha ocorrem a ocupação ordenada e a institucionalização do poder do Estado, e na sua frente ocorre uma ocupação acelerada e por vezes desordenada, como a fronteira linear dos EUA. No Brasil, que fica distante desse padrão “ideal”, McCreery percebe na fronteira do café em São Paulo a ocorrência de várias *hollow frontiers* (“fronteiras ocas”), enquanto que, na província de Goiás, no século XIX, ele detecta outro tipo, a fronteira *swiss cheese* (“queijo suíço”).

A fronteira do tipo “queijo suíço” seria uma miscelânea de fronteiras locais. Cada localidade ocupada ficava isolada e, por causa das grandes distâncias entre cada área ocupada, havia apenas contatos tênues ou esporádicos entre elas. Os habitantes de cada vila, fazenda ou assentamento viviam praticamente por conta própria no “sertão”. Sofriam com a dificuldade de abastecimento, com tempestades violentas, com rios caudalosos que impediam a travessia de tropas que traziam e levavam cargas, com péssimas estradas e transportes, com animais selvagens e com ataques dos indígenas, os “bugres”. Nas terras goianas, a busca frenética pelo ouro e a dispersão dos depósitos auríferos dispersaram a população e os assentamentos. O povoamento ralo, a qualidade agrícola variável dos solos, e as enormes extensões de terras reivindicadas pelos fazendeiros faziam com que os vizinhos se avistassem apenas muito raramente. A miragem da “civilização”, embora distante, confrontava os colonos luso-brasileiros e os seus escravos negros residentes em Goiás, e fazia com que eles desenvolvessem uma consciência incômoda sobre a sua situação desconfortável e precária.

Para McCreery a fronteira Goiás se caracterizava, ainda, por ser o território mais isolado do Brasil, pelo difícil acesso ao planalto central, o que levou o historiador americano a classificá-la como “a fronteira da fronteira”. Nessa região Centro-Oeste brasileira desenvolveram-se diferentes momentos da fronteira, como a *mining frontier* no século XVIII e a *cattle frontier* no século XIX. A *cattle frontier* Goiás durante o século XIX tinha como características gerais: 1) o isolamento, 2) estrutura de poder caracterizada pela dominação fundiária e com base na violência institucionalizada, e 3) pobreza estrutural.

Uma precária estrutura política caracterizada pela dominação fundiária da oligarquia dos coronéis, as frequentes guerras e enfrentamentos contra as nações indígenas que ocupavam a maior parte do território em Goiás, os ataques de jagunços e grupos de bandidos (muitos deles faziam parte das forças militares dos próprios coronéis), que invadiam as fazendas, roubavam o gado e exterminavam os habitantes, faziam parte dos medos coletivos e do cotidiano da fronteira Goiás.

No século XX, sobretudo a partir da década de 1930, a fronteira goiana procurou romper com essa posição de isolamento e abandono. A Revolução de 1930 colocava no poder federal o Presidente Getúlio Vargas e Goiás passou a ter como interventor federal o médico Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), um opositor das oligarquias dominantes dos coronéis da fronteira.

No campo político a medida mais significativa foi a criação da política da “Marcha para o Oeste”⁷ em 1938, um ano após a instalação do Estado Novo (1937-1945), a fase autoritária do

governo varguista. A Marcha era um programa do governo federal para colonização do Oeste brasileiro, para expansão da fronteira agrícola e contenção do êxodo rural e da migração para centros urbanos, com políticas de doação de terras, “pacificação” indígena, implantação de colônias agrícolas nacionais, entre outras medidas.

De acordo com Neide Esterci⁸ a campanha da “Marcha para Oeste” contou com a colaboração de intelectuais e articulistas do regime, que ajudaram na criação de símbolos da “Marcha” e divulgação dessa política por meio da publicação de artigos, conferências e discursos. Essa produção intelectual ecoava em consonância com os princípios da Marcha para o Oeste, com destaque para os discursos presidenciais, que, por sua vez, se apropriavam dos elementos simbólicos criados e divulgados por seus intelectuais.

Os discursos da Marcha apelavam para conteúdos míticos, cuja construção imaginária evidenciava traços do conservadorismo romântico em que a “utilização das imagens como dispositivos discursivos de propaganda atendia a finalidades políticas muito claras, que os próprios teóricos do poder não escondiam”⁹. Foi nesse contexto que se procurou construir uma visão mítica do Oeste como um vazio demográfico, fundo territorial, frente de expansão, terra de provisão e novo eldorado, sobretudo no período da Segunda Guerra Mundial, quando o conteúdo fortemente nacionalista do Estado Novo encontrou vias privilegiadas de propagação de seus ideais.

A dimensão geopolítica também era crucial nesse projeto da Marcha para o Oeste. Não à toa, vinha acompanhado da criação de instituições federais encarregadas do conhecimento e formulação de planos de ocupação e integração do território nacional, como o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional de Cartografia e o Conselho Nacional de Estatística, reunidos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de 1938. Um marco da implementação desta política foi a visita, em 1940, de Vargas à nova capital de Goiás, a cidade de Goiânia, oficialmente inaugurada em 1937 por Pedro Ludovico. Nessa ocasião, o presidente pronunciou um de seus mais citados discursos de propaganda da Marcha para o Oeste:

A visita que ora vos faço é prova de uma concepção renovadora da Pátria grande e forte. Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país grandes forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos vossos chapadões infindáveis, onde estarão amanhã os grandes celeiros da Nação, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e do Noroeste¹⁰.

O projeto federal de Vargas canalizou movimento de incremento de planos de modernização e expansão da autoridade estatal para exploração das potencialidades econômicas de diferentes regiões do território brasileiro. Ele possuía também fortes afinidades eletivas com demandas locais, com destaque para a evocação do protagonismo de Goiás na efetivação da integração territorial.

Nesse contexto, exatamente, foram fundadas e circularam as revistas *Informação Goyana*, *Revista Oeste* e *Cultura Política*, as publicações em foco nesse artigo. Argumentamos

que foram importantes veículos de divulgação de uma imagem positiva do Oeste, do senso de oportunidade histórica que o regime varguista parecia conter e das próprias políticas de migração e colonização da fronteira goiana, apresentada como “terra livre” e rica em recursos naturais.

A Informação Goyana

A Revista *Informação Goyana*, publicação ilustrada e “informativa das possibilidades econômicas do Brasil Central”, foi publicada no Rio de Janeiro e divulgada em todo o território nacional sem interrupção entre os anos de 1917-1935. Ela antecede os discursos da Marcha para o Oeste, mas aparece como o primeiro indício das propagandas dos recursos naturais de Goiás.

Os fundadores da revista foram o major Henrique Silva (1865-1935), militar goiano formado pela Escola Militar da Praia Vermelha do Rio de Janeiro, e Antonio Americano do Brasil (1891-1932), médico goiano formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ambos vocalizaram, da então Capital Federal, que o Planalto Central seria região riquíssima à espera de colonizadores e especialmente vocacionada para a elevação da produção agrícola nacional. Em outras palavras, era “zona despovoada, de grandes proporções, de longa extensão territorial, rica em forragens nativas, grande quantidade de águas salobras, e imune a pragas (...)”¹¹.

A revista era subvencionada pela presidência do Estado de Goiás, e, além de ser comercializada em números avulsos, oferecia assinaturas e espaço para publicidade. Visava, em sua periodicidade mensal, a fazer propaganda do estado “mais central e menos conhecido do Brasil”. Por meio da reprodução de relatos de viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX, bem como de Relatórios dos Presidentes de Província, atribuía ampla relevância à história, geografia, geologia, mineralogia, pecuária, agricultura, comércio, finanças, clima, vegetação, topografia privilegiada e variedade dos recursos naturais da região de Goiás. Possuía como articulistas engenheiros, médicos, professores, advogados, farmacêuticos, religiosos, políticos locais, historiadores e militares, entre outros, que editaram sem interrupção cerca de 230 fascículos. Alegavam, em uníssono, que o maior problema da região era a falta de transportes e de comunicação com o restante do Brasil. Na verdade, na sua visão, Goiás teria uma excelente situação geográfica absolutamente inaproveitada em razão da ausência de investimentos da União em projetos nacionais de integração territorial, como estradas de ferro e de rodagem, por exemplo.

A partir de 1918, e até o último número da revista, Henrique Silva foi o seu único editor, pois Americano do Brasil regressou a Goiás para assumir o cargo de Secretário do Interior e Justiça do Estado. Como seu diretor exclusivo, Silva fez da Revista uma forma de comunicação personificada¹², já que escreveu em todos os seus números e a tomou como um veículo de divulgação de seus ideais. De uma forma geral, ele apresentou em seus textos uma proposta de integração nacional, na qual a ocupação dos espaços vazios era um elemento crucial para a unidade territorial do país.

Por essa razão, sua trajetória ajuda a compreender os principais temas enfeixados no periódico. Atuava como polígrafo dedicado ao jornalismo desde os anos 1880. Foi colaborador do *Jornal do Commercio*, *Diário de Notícias* e da revista *Brasil Ferro-Carril*, tendo publicado artigos de assuntos variados sobre o estado de Goiás. Com a República, nos seus primeiros anos, participou de comissões de interiorização do país: fez parte da Comissão Observadora das fronteiras com a Bolívia e da Comissão de Estudos da Indústria Pastoril, essa última requisitada pela Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Ministério da Viação. Entre junho de 1892 e março de 1893, integrou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada pelo astrônomo Louis Cruls, visando à mudança da capital federal. A chamada Comissão Cruls foi nomeada durante a gestão de Floriano Peixoto na Presidência da República, com o objetivo principal de demarcar as terras que a então recém-promulgada Constituição Republicana, de 1891, previra para a construção da nova capital. A comissão realizou a demarcação geográfica da futura capital no Centro-Oeste do Brasil, no estado de Goiás, e realizou também estudos sobre topografia, hidrografia, geologia, vegetação e clima da região¹³.

Para José Mendonça Teles¹⁴ a motivação de colocar Goiás na discussão nacional surgiu quando Henrique Silva participou da Comissão Cruls. Sua adesão à comissão teria impulsionado a criação da *Informação Goyana* e, por isso, desde a segunda edição até o último número da revista, foram publicados textos de defesa explícita da causa mudancista e o mapa do esboço da localização da área da futura instalação do Distrito Federal no Planalto Central do Brasil; mudança que só viria a ocorrer em 1960, com a inauguração de Brasília.

Outro dado importante de sua atuação, e que também estrutura sua produção intelectual em a *Informação Goyana*, foi a sua participação como membro da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). A SNA, ativa até hoje, é uma associação criada em 1897 por proprietários rurais oriundos de diversos estados brasileiros. Sua fundação situa-se no contexto que Sonia Regina de Mendonça denominou “ruralismo”: movimento por meio do qual os segmentos de proprietários rurais vinculados a setores econômicos regionais passaram a defender políticas em prol da diversificação da produção agrícola nacional. Seu diagnóstico era que o atraso da lavoura deveria ser superado por meio da policultura, aplicação da ciência no campo, difusão do ensino agrícola e mecanização¹⁵. Dois eram os elementos unificadores centrais de seus membros: 1) o fato de não se vincularem ao setor cafeeiro, representado por São Paulo, e estarem ligados às atividades agrárias voltadas para o mercado interno, e 2) a crítica contundente ao modelo federalista em vigor na Primeira República. Era frequente a defesa da centralização da exploração dos recursos naturais brasileiros; por isso, uma de suas principais bandeiras era, por exemplo, a criação de um código federal florestal¹⁶.

Silva foi autor constante, desde 1913, de textos publicados no boletim oficial da associação, o periódico *A Lavoura*, assim como foi membro do conselho superior da SNA de 1921 a 1928 e de 1932 a 1934. Em 1931, foi membro da comissão técnica de avicultura da sociedade. Tanto nas suas conferências na SNA, publicadas sistematicamente em *A Lavoura*, quanto nos textos de sua autoria veiculados na *Informação Goyana*, vemos sua adesão aos ideais centralistas e cientificistas da geração ruralista e suas afinidades pessoais e políticas com um dos principais nomes da SNA, o engenheiro Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), titular do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) de 1922 a 1926.

Uma das particularidades da SNA era o empenho constante na propaganda de suas atividades e ideias-força¹⁷. Para tanto, distribuía a revista *A Lavoura* em todo o Brasil. *A Informação Goyana* seguiu o mesmo modelo de sua congênere da SNA. Em seu primeiro editorial assim está expresso o papel da Revista:

O aparecimento hoje desta publicação se justifica pela própria necessidade que havia de um órgão informativo e de propaganda das incomparáveis riquezas nativas do *hinterland* brasileiro – essa vastíssima região quase desconhecida sob todos os seus aspectos e que, no entanto, possui os mais fortes elementos para se incorporar as correntes progressivas das mais prósperas zonas do nosso país. [...] Como se sabe, Goiás ocupa o centro geométrico do Brasil, e não carece, pois, de razões geográficas para representar ainda um importante papel social e econômico na grandeza futura da nossa nacionalidade. O que é mister é tornar melhor conhecidos de nós mesmos e dos estrangeiros o seu salubérrimo clima, as suas riquezas extraordinárias, as suas fontes de vida, as suas possibilidades econômicas – como também refutar com fatos e algarismos exatos as apreciações injustas que tantas vezes em livros e na imprensa se tem propalado acerca da terra goiana¹⁸.

A intenção de fazer propaganda, para atrair investimentos de grandes produtores, industriais e comerciantes, mas, sobretudo, verbas federais, era explícita em outras seções do mesmo número de apresentação da revista: “é pela propaganda que se tem conseguido certo investimento na produção geral do país, dirigida pelo Ministério da Agricultura”¹⁹. Goiás era “terra desconhecida a ser descoberta” e principalmente pelos poderes públicos. Os editores reclamavam que a imprensa do Rio de Janeiro sequer mencionava Goiás na sua produção periódica e que essa região era sistematicamente excluída de projetos federais. Nos seus 18 anos de edição, foram frequentes as demandas por recenseamento da população de Goiás por parte da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura. Alegavam que a população do Estado só fazia crescer, pela “ausência absoluta de epidemias, pela notável natalidade que ali se observa, as excelentes condições do salubérrimo clima e mais ainda a ininterrupta corrente de migração nacional que de todos os Estados vizinhos se há encaminhado para lá (...) em busca de largueza”²⁰. A seguir sua estimativa, a migração nordestina para Goiás superaria, inclusive, o movimento para a Amazônia.

Eram numerosos os pedidos pela instalação, também em Goiás, de postos zootécnicos e fazendas-modelo que a pasta da agricultura vinha financiando em outros estados. Ao Ministério da Viação, dirigiam insistentes apelos e requisição de orçamento para resolução de problemas de transportes e comunicações no Estado, com destaque para verbas para o prosseguimento das obras da Estrada de Ferro de Goiás, cujo projeto inicial datava de 1904, com o objetivo de ligar Araguari à cidade de Goiás, então capital do Estado²¹.

A requisição por novo pacto federativo era tom constante na Revista. Seus artigos alegavam que o governo federal protegeria o café de São Paulo, o cacau da Bahia, o algodão do nordeste, a borracha do Amazonas, do Acre e do Pará, a indústria pastoril do sul e de Minas, mas esqueceria de Goiás, “favorecido em tudo pela natureza -clima, rios, férteis campos, riquezas minerais e ausência completa de doenças que atacam o gado em outras localidades”²².

E apresentavam dados para confirmar o “poder agrícola do vale dos dois rios”, Tocantins e Araguaia, preparado para o cultivo do algodoeiro, milho, arroz, cacau, cana de açúcar, fumo, assim como especialmente dotado para a pecuária, com a produção de carne fresca, charque, toucinho, couros, manteiga e queijos²³. A seguir os números da Inspetoria Agrícola do Estado na década de 1920, Goiás era o estado mais central da República, o 4º em extensão territorial, o 4º em reservas florestais (atrás apenas do Amazonas, Pará e Mato Grosso) e o 2º em população bovina²⁴. A pujança da sua área de matas seria também outro recurso crucial para o país, por seu potencial de carvão e lenha. Para tanto, os artigos da Revista requisitavam novos recenseamentos dos hectares cobertos de matas nos Estados e de modo a comprovarem a riqueza florestal de Goiás. Essa propaganda vinha acompanhada da exigência da criação de reservas florestais, para garantir a exploração futura, e promoção de cursos de silvicultura pelo MAIC²⁵.

A subestimação nacional em relação a Goiás ganhou, a seu ver, forte exemplo com a publicação da Carta Geral do Brasil, preparada, em 1922, pelo Clube de Engenharia para as Comemorações do Centenário da Independência. Para Henrique Silva e colaboradores, Goiás teria perdido, no mapa, parte de seu território para Minas Gerais, e, isso, por erros grosseiros de técnica e consulta a cartas e compilações anteriores desimportantes²⁶. Nos anos de circulação do periódico, Goiás estava em litígio de limites interestaduais com Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Pará, e a perda de superfície na Carta de 1922 poderia significar a perda efetiva de porções territoriais se os árbitros dos litígios tomassem como oficial aquele documento. Por essa razão, e por críticas ferrenhas ao único mapa do território nacional preparado na República²⁷, outra campanha frequente na revista era por produção cartográfica atualizada da sua área geográfica.

Campanhas em prol de investimentos federais se justapunham, assim, nas páginas da revista, com a listagem da abundância dos recursos naturais da região. Existiriam “jazidas de petróleo em Goiás”, donde a necessidade de pesquisas geológicas na região²⁸. Seria mesmo sem conta a variedade de plantas econômicas no Estado: medicinais, oleosas, aromáticas, taníferas, resinosas e gutíferas, sem contar os potenciais para a pomicultura; por isso a urgência de estudos botânicos no Estado²⁹. Imperativa era também a promoção da cultura do cafeeiro em Goiás, pois a região teria solo e climas mais apropriados para a cultura do café que São Paulo³⁰. Eram numerosos ainda os artigos sobre a Ilha do Bananal, localizada no rio Araguaia, com destaque para o artigo “Uma das grandes maravilhas do Brasil Central”, no qual era apresentada como “a maior ilha fluvial do mundo”, indicada em 1876, por André Rebouças, um dos ícones do movimento conservacionista brasileiro, para constituir o primeiro parque nacional do Brasil, pela beleza de suas fauna e a flora³¹.

Com a revolução de 1930, o tom geral passa a ser de otimismo, pois a geração goiana afinada com os ideais da revista parecia ter chegado ao poder estadual. Na verdade, os projetos locais e nacionais pareciam finalmente coincidir, sobretudo porque o governo provisório anunciava tanto crescente centralização na administração estatal quanto a agropecuária como prioridade na condução política federal³². Já no número de janeiro e fevereiro de 1931, com Pedro Ludovico como interventor federal, Goiás estaria se “movendo a 120 km por hora”³³. Os números seguintes da Revista reforçam a chave interpretativa de novos tempos para o Estado –os impostos interestaduais haviam sido eliminados por decreto federal³⁴, o serviço postal aéreo militar havia sido reiniciado para

a região³⁵, novas verbas estavam sendo destinadas à Estrada de Ferro Goiás e crescia o número de estabelecimentos de ensino no Estado³⁶. Na edição de julho e agosto de 1933, comemoraram portaria do Ministério da Viação que abriria crédito especial para estudos dos rios Tocantins e Araguaia³⁷. Tratavam-se de iniciativas de reconhecimento das condições de navegabilidade desses rios e seus afluentes principais, bem como da possibilidade de colonização e aproveitamento econômico de seus vales, com a indicação da implementação de núcleos agrícolas, inclusive na Ilha do Bananal. Pareciam reconhecer, finalmente, a riqueza geológica, mineral, florística e faunística de Goiás, assim como o “estado de civilização” de suas sociedades indígenas.

Foi nesse sentido de atração de investimentos que a *Informação Goiana* se propôs a prestar serviço de propaganda das possibilidades econômicas do Estado, e com argumentos de que o Planalto Central constituiria, na verdade, um prolongamento das características físicas da Amazônia, a região mais valorizada por projetos federais de exploração econômica no Brasil Republicano³⁸. Por isso, também mereceria investimentos de monta similar, uma vez que, por exemplo, abrigaria várias espécies vegetais produtoras de borracha e uma riquíssima fauna ictiológica. Na verdade, como temos visto, Goiás seria um “vasto reservatório econômico”, seguramente o mais importante do país³⁹.

A complementar a propaganda das riquezas naturais de Goiás esteve a pauta da transferência da capital federal para o Planalto Central, tema já mencionado neste artigo. A revista dedicou um número especial sobre a causa mudancista em novembro de 1926, mas, a rigor, como já registramos, realizou campanha sistemática, e absolutamente ininterrupta, de 1917 a 1935, a partir da qual números inteiros, ao destacar o “isolamento da região”, passaram a defender enfaticamente a transferência da capital federal para o interior, para o Planalto Central, para Goiás, conforme já rezava (e o editor Henrique Silva repetia esse ponto insistentemente) a própria Constituição do país. E era em favor do seu cumprimento que se posicionava.

Assegurava que, além de efetivamente constituir o “verdadeiro coração” do Brasil por ser o ponto mais central do território nacional entre o Pará e o Rio Grande do Sul, a capital, uma vez instalada em Goiás, disseminaria “progresso” e “civilização” em todo o interior do país. Assegurava ainda que, pelejando pela transferência da capital, a Revista estaria “descobrimo” e revelando, aos demais brasileiros, as verdadeiras riquezas de Goiás, assim como a Comissão Rondon teria feito com o Mato Grosso alguns anos antes. E, enquanto insistiam na defesa da mudança da capital como campanha patriótica em prol do sertão, ganhavam adeptos e continuadores de sua causa: tanto os periódicos *O Sertão* (1921), *Correio Oficial* (1911-1921), *Goiás* (1911-1922), *Jornal de Goiás* (1920-1921), *O Lidador* (1909-1917), *Nova Era* (1914-1919), *A Imprensa* (1914-1932), *O Democrata* (1923-1927), *Voz do Povo* (1927-1934) e *Brasil Central* (1937-1942) quanto a Sociedade Goiana de Geografia e História, fundada em 1921, e a Associação Universitária Goiana, criada em 1932. A propósito, Silva também pressionou, pelas páginas da Revista, a comissão da Assembleia Constituinte, entre 1932 e 1933, sob a presidência de Afrânio de Mello Franco, então ministro do Exterior⁴⁰.

Ainda que *A Informação Goiana* tenha deixado de circular em função da morte de Henrique Silva, em maio de 1935, pode-se dizer, no entanto, que seus artigos contribuíram, de maneira efetiva,

para reavivar na agenda política brasileira a tese mudancista. Entre as obras que apresentam o histórico do debate em prol da transferência da capital para o sertão goiano, seus editores e colaboradores são apresentados como “pioneiros de Brasília”⁴¹; a cidade que alterou a geografia econômica e política nacional, considerada mesmo como elemento essencial da história da conquista do Oeste no Brasil⁴².

A Revista Oeste

A Revista Oeste foi lançada em 05 de março de 1942 durante o “batismo cultural” da nova capital de Goiás, a cidade de Goiânia, e teve circulação em Goiás e em outros estados brasileiros. A finalidade era um estado moderno e o planejamento urbano e arquitetônico de Goiânia. A revista contou com financiamento e influência direta do Presidente Getúlio Vargas tornando-se um veículo oficial de propaganda do governo nacionalista, que a utilizava para divulgar assuntos de interesse político, administrativo e ideológico. Segundo Costa⁴³ a Revista Oeste operou a serviço da ideologia da Marcha para Oeste, contando com três distintos momentos, a saber: o primeiro privilegiou artigos de literatura, contos e poesias; no segundo, além das publicações literárias e cultura, também estiveram presentes em suas páginas as discussões político-ideológicas com a divulgação dos ideários e feitos de Getúlio Vargas; no terceiro momento, a Oeste afastou-se de seu objetivo cultural voltando-se para o âmbito político-ideológico, defendendo os ideais desenvolvimentistas do Estado Novo e de seus aliados nacionais e regionais⁴⁴.

De acordo com Ubirajara Galli⁴⁵, a Revista Oeste provocou uma explosão literária, promovendo autores goianos no cenário nacional que compunham um grupo de vanguarda fomentador das primeiras manifestações de adesão ao Modernismo em Goiás. Em pouco tempo ganhou reconhecimento nacional, sendo considerada, nos primeiros anos de suas publicações, uma das melhores revistas de ênfase cultural do país.

Um dos principais expoentes de divulgação do Goiás como uma terra de provisão no Oeste do Brasil foi Zoroastro Artiaga, que teve uma ampla participação nas publicações da Revista Oeste. Ele iniciou seus estudos mineralógicos em Goiás em 1937 quando foi convocado pelo governo goiano para acompanhar técnicos da Universidade de Osaka (Japão) às minas de níquel nas quais foi localizada uma vasta quantidade de minério na região atual do município de Niquelândia. O divulgador relatou sua experiência com as jazidas de níquel numa edição da Revista Oeste em 1943:

Justifica-se pelas anteriores ligações à descoberta de minério resultante da desintegração da rocha matriz, que eu havia, pela imprensa do Rio de Janeiro, anunciado largamente [...] fizemos um reconhecimento geológico numa extensão imensa, e nossos estudos foram, mais tarde, secundados pelos americanos do norte que estimaram em dez milhões de toneladas metálicas a reserva da primeira jazida prospectada⁴⁶.

Artiaga passou a ter credibilidade junto ao governo de Goiás para ampliar os estudos mineralógicos. Além das descobertas de níquel ele divulga a descoberta de *rádium* por meio de amostras de cobalto coletadas na região de Niquelândia. O especialista Axel Hoffgram⁴⁷, ao

saber pelos meios de comunicação das pesquisas de Artiaga, confirmou a já antiga existência de rádio no Brasil. Assim, Artiaga passava a ser um divulgador dos recursos minerais em Goiás, dando visibilidade às pesquisas mineralógicas na Revista Oeste, conforme edição de 1944:

Hoje, posso adiantar que encontramos o urânio não só naqueles minérios, como também em muitos outros que abundam em todo o Brasil Central, que tem zonas imensas e que são um só campo radiofero. Há grande quantidade de quartzo leitoso. A ocorrência é constituída de uma série de veios de pegmatitos. Ali o feldspato está totalmente caolinizado e o quartzo fragmentado. Existe, na mancha tipicamente arqueana, mica esverdeada, fragmentada, havendo depósitos de caolim com os minerais de terras raras que ocorrem como acessórios disseminados no caolim, entre as paredes encaixantes⁴⁸.

Suas convicções foram enviadas, em forma de carta, ao Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo (IPT), com a finalidade de estabelecer diálogo nacional acerca da importância do minério mencionado para a economia regional. O papel do IPT no cenário tecnológico nacional daquele momento fez com que Artiaga buscasse na Instituição apoio para as suas discussões acerca dos minérios encontrados em Goiás, especialmente o do rádio, por tratar-se de recurso para a indústria bélica. As questões envolvendo as políticas nacionalistas da Marcha para Oeste e as questões beligerantes no cenário mundial aparecem nas divulgações da Revista Oeste, em que ele denunciava o envio de *radium* em outros materiais transportados, conforme edição de 1943.

O radium tanto pode estar na Pechblenda como nos seguintes minérios e minerais: areia monazítica, brogerita, uranofana, gremita, cleveita, carnalita, autunita, urânio, torberita, torogonita, anerodita, samarsquita, euxenita, fergusonita, sifilita, e pode também vir nos pegmatitos, nos gases nobres, nos sulfuretos metálicos e nos feldspatos; afirmo com a autoridade do respeitável mestre Luiz Caetano Ferraz, da Escola de Ouro Preto, e do Dr. Odorico de Albuquerque ilustrado catedrático de Mineralogia e de Geologia da Escola de Minas⁴⁹.

A preocupação de Artiaga estava em sintonia com questões internacionais. A aproximação do Japão com os países latino-americanos provocou intranquilidade no governo norte-americano, fato que intensificou o controle por parte dos EUA do comércio dos países sul-americanos, especialmente aqueles em que se dava aquisição dos minérios considerados estratégicos para a indústria bélica. Em artigo publicado na Revista Oeste em 1943, Artiaga relata acerca da utilização do cristal de rocha (quartzo) e seu papel para a indústria bélica internacional:

Grande foi o incremento notado na exploração dos minérios e minerais estratégicos dentro do Brasil e quiçá em toda a América-do-Sul. Nós, goianos, afirmamos que nenhuma região do mundo possui maiores e melhores depósitos de cristais-de-rocha, de garnierita, de óxido de titânio, de cromo e maiores furnas salitrosas do que a de Goiaz. Nossos cristais estão sendo classificados como excelentes pelos norte-americanos, os grandes compradores da nossa produção. Mesmo alguns quartzos impuros, óxido de silício ou sílica anidra, se apresentam em variadíssimas formas e tonalidades, todas derivadas do sistema básico com propensão para se transformarem em geodos e drusas, tendo valor econômico. Até as missangas, que são fragmentos de limpeza (miúdos), valem atualmente e são bem vendidos⁵⁰.

No cenário regional, Zoroastro destacou a comercialização do quartzo explorado em Goiás e vendido para os Estados Unidos da América em vários de seus artigos. Ressalta-se que o Japão tornou-se, nos anos entre guerra mundiais, comprador de materiais estratégicos do Brasil e, que muitas vezes, oferecia lances mais altos do que os Estados Unidos para a aquisição dos materiais, estando incluído aí o cristal de quartzo. A extração e utilização do cristal de quartzo era motivo de grande preocupação por parte dos EUA, pois vinha sendo usado crescentemente para fins navais e militares nos anos que antecedem e durante a II Guerra Mundial⁵¹.

Em um artigo publicado na Revista Oeste em 1943 Artiaga convocava, como um divulgador das riquezas minerais de Goiás a vinda de investidores para o Oeste, terra da provisão:

O Govêrno do Estado acaba de facilitar, por um decreto-lei, a todos o acesso a minas, liquidando com as dificuldades opostas pelos proprietários de terras requeridas ao Estado, cujos processos já foram arquivados. Nada pagarão aqueles que, devidamente investidos de autorização legal, queiram se enriquecer com a exploração das jazidas inúmeras [...], onde abundam, já, os novos ricos⁵².

Artiaga, apostando no discurso estadonovista de modernização, buscou apresentar os minerais estratégicos encontrados em Goiás como fonte preciosa para o progresso da Nação, destacando a importância dos minérios encontrados e explorados no estado goiano serem exportados para as Nações industrializadas, especialmente, aquelas que detinham a tecnologia da produção bélica.

O discurso de Artiga buscou demonstrar as possibilidades econômicas do estado de Goiás para a nação brasileira. Esse mesmo discurso perpassa todos os outros artigos publicados na Revista, ou seja, a necessidade de divulgar Goiás como estado promissor e detentor de riquezas minerais.

Revista Cultura Política

A Revista Cultura Política: revista de estudos brasileiros circulou entre março de 1941 a outubro de 1945. Foi uma publicação criada pelo regime do Estado Novo e visava a criação de aparatos culturais para a difusão ideológica oficial. A revista foi dirigida por Almir de Andrade e estava vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o que evidenciava o seu caráter doutrinário visando à construção de diretrizes nacionalistas. Teve entre seus colaboradores intelectuais que defendiam o viés nacionalista e que atuavam como formadores de opinião. Esses intelectuais buscavam, ainda, conciliar os discursos do governo às demandas da sociedade, justificando dizeres, gestos, ações e utilizando esse veículo de divulgação científica como porta-voz do regime. Entre os intelectuais que colaboraram com publicações de artigos e ensaios, destacamos alguns dos principais ideólogos do regime: Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes, Cassiano Ricardo, dentre outros. A revista contou ainda com a participação de outros intelectuais brasileiros que também propunham uma interpretação do Brasil, como Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré.

Dentre os intelectuais da Cultura Política e a relação para a construção simbólica do Oeste, destacamos a figura de Cassiano Ricardo que em seus artigos procura relacionar a fronteira Oeste, descrita, muitas vezes como o *hinterland* brasileiro, com o desenvolvimento da cultura e identidade brasileira (brasilidade). Nesse sentido, Cassiano Ricardo se aproxima muito da visão turneriana da fronteira e as referências que utilizamos para considerá-lo o “Turner brasileiro” estão diretamente relacionadas com a publicação da obra “Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil”, em 1940. A sua participação na revista Cultura Política expressava, em grande parte, as ideias colocadas em sua obra clássica, além do seu papel como intelectual do regime do Estado Novo. Não são claras as referências de F.J. Turner⁵³ na obra de Cassiano Ricardo, no entanto, podemos identificar uma relação entre os seus argumentos e a tese de Turner. Isso pode ser observado nas referências que Ricardo utiliza para tratar do tema da fronteira no Brasil. Em uma nota explicativa para a 3ª edição da Marcha para Oeste, publicada em 1959, intitulada “E isso não é fábula”, observamos a referência a importantes obras clássicas sobre o tema, com citações e notas sobre o trabalho de Pierre Monbeig, Viana Moog, Basílio de Magalhães, Sergio Buarque de Holanda, dentre outros⁵⁴.

Além da utilização do conceito de fronteira, Cassiano Ricardo utiliza os argumentos da excepcionalidade da cultura na fronteira no continente americano e no rompimento com as suas raízes europeias, que é um dos principais elementos da tese de Turner. Para Cassiano Ricardo as entradas da Bandeira no sertão eram o símbolo de ruptura entre a história portuguesa na América e o início de história, exclusivamente, brasileira. No capítulo “E isso não é fábula” o autor retorna com a argumentação da excepcionalidade da fronteira como traço do espírito bandeirante no sertão brasileiro:

Não bastava ser português, ou espanhol; era preciso “ser da terra”; partir de um foco de propulsão (social, econômico) para um foco de atração (o sertão bruto) com o espaço intermédio (geográfico) necessário para isso [...] A marcha bandeirante é muito mais grave, complexa, vital, dependente de mil e um fatores locais – geografia, índio, animais, flora – do que seria se orientada ou instigada pelos mapas fantasmagóricos do século XVI ou XVII. Ela se realiza, pois, sem mapas; ela é que dá origem aos mapas, com o das Côrtes. Nenhum bandeirante consultou a carta de Bartolomeu Velho, ou qualquer outra “caricatura geográfica”. [...] Informações, a dos índios; bússola, a das montes; direção, a das estrelas⁵⁵.

Os discursos da Marcha evidenciavam a excepcionalidade da conquista territorial como traço da brasilidade. Era um traço do espírito bandeirante que se constituiu no contato com a fronteira. A fronteira forjava a brasilidade e ela tornava esses traços culturais cada vez mais vinculados ao território do novo continente em rompimento com a tradição europeia. A imagem da nação em movimento, e os projetos de ocupação e deslocamento caracterizavam a representação social do território nacional como um espaço de conquista, expansão e integração. Esses conteúdos discursivos estimulavam o sentido de pertencimento a uma nação como corpo em movimento, agregando a todos como participante. Em um período em que muitos canais de participação coletiva haviam sido vedados, a Marcha significava um escape à ação política. Muito mais que isso, também a expansão e ocupação das fronteiras vistas como obra dos trabalhadores, ou seja, “operava com a ideia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem coproprietários do território nacional”⁵⁶.

A literatura da Marcha constituiu-se como um campo discursivo sobre as representações imaginárias da brasilidade, evocando, em suas narrativas, o caráter heroico e mítico das Bandeiras. O enredo da obra procurou, além de apresentar a função política e social da Bandeira, elaborar as características que constituíam o *ethos* bandeirante. O bandeirante era o agente da expansão geográfica e, ao mesmo tempo, tornava-se parte do enredo fabuloso, na medida em que o deslocamento reconstituía o mito no imaginário da fronteira. Para Cassiano Ricardo a função dos mitos era o de motivador da dinâmica expansionista, ao reforçar as representações das riquezas naturais disponíveis na fronteira. Para o autor, esse elemento mítico era o responsável por desenvolver sentimentos psicomotores que influenciaram no comportamento da Bandeira, proporcionando o enredo psicossocial para o mito.

Nesse sentido, os mitos inibidores, que geralmente estavam associados aos atributos relacionados ao medo que o sertão enigmático impunha aos pioneiros, não conseguiram impedir o avanço da Bandeira. A fronteira, pelo contrário, suplantava esses medos, e o sertão enigmático, com suas narrativas da abundância dos recursos naturais, exercia um poder propulsor na imaginação do bandeirante. A geografia da fronteira se expandia, graças ao espírito da marcha desbravadora em direção ao Oeste. O desbravador, assumia, assim, as glórias do enfrentamento com a natureza no sertão hostil⁵⁷.

No campo cultural e ideológico Cassiano Ricardo⁵⁸ se apresentava como agente divulgador do espírito bandeirante na justificação e na apropriação dos discursos ideológicos do Estado Nacional para a colonização do Oeste. Esse era um dos elementos simbólicos fundamentais para a construção de uma imagem do Oeste, na medida em que qualificava todos aqueles que estavam envolvidos na expansão da fronteira como dotados de desbravadora brasilidade, sobretudo na construção do arquétipo do “desbravador do Oeste”⁵⁹. O desbravador era o arquétipo do bandeirante que dominava o enredo da obra. Os discursos da Marcha utilizavam desse personagem ao fazer referências a esse tipo de bandeirismo como modelo ideal. O desbravador era classificado não apenas como o enfrentador de mitos, mas também como o herói que enfrentava a natureza no cenário hostil da fronteira, “na luta com a geografia, com a floresta, com os rios encachoeirados, com os igarapés, com as nascentes ocultas do labirinto amazônico –e ainda com os índios, doenças, feras e monstros na fixação da fronteira”⁶⁰. Além dessas características, o desbravador incorporava o “destino histórico” que lhe reservava a condição de mito. Na luta contra os mitos inibidores o desbravador construía novos mitos, que suplantavam os demais, como o mito da lagoa dourada, terra das esmeraldas, serra dourada, e outros elementos que ligavam o Oeste como um lugar de riquezas minerais incontáveis⁶¹.

Na edição da Revista de Janeiro de 1942⁶² Cassiano Ricardo publicou dois artigos com conteúdo distintos. O primeiro artigo foi intitulado “As bandeiras do século XX” e o segundo trazia como título “Regimes em rótulos”. Em ambos o autor apresentava a sua vinculação institucional à Academia Brasileira de Letras, e no segundo mencionava, ainda, a sua função de Diretor do Jornal “A Manhã”. O primeiro artigo, que iremos trabalhar mais adiante, fazia referências diretas ao conteúdo da Marcha. O segundo artigo era um ensaio em que o autor fazia críticas ao modelo político liberal e se posicionava na defesa do Estado Novo, considerado adequado à realidade brasileira: “O Estado Nacional não é um rótulo, para redourar um período de férias, na história

do liberalismo dissolvente. É uma escola de disciplina moral, além de ser a própria verdade brasileira em suas linhas harmoniosas e puras”⁶³.

Conforme mencionado anteriormente, a participação de Cassiano Ricardo na revista *Cultura Política* não inovava os discursos da fronteira que já estiveram presentes em seu livro clássico. Os seus artigos procuram reforçar os argumentos da *Marcha*, sintetizando, muitas vezes, as teses contidas em sua obra clássica. Também esse intelectual do Estado Novo procurou incorporar grande parte do pensamento central do papel da fronteira na formação cultural brasileira, constituindo elementos representativos, do ponto de vista simbólico, para uma interpretação do Oeste. No artigo “As bandeiras do século XX”⁶⁴, por exemplo, o autor inicia apresentando os traços do neobandeirismo segundo quatro aspectos principais: o desbravamento do sertão; as zonas pioneiras em que sobrevive o tipo social do desbravador; as migrações internas relativas aos recursos naturais, como o café, por exemplo; e por último a chamada “nova marcha para o Oeste”, que seriam as migrações orientadas pelo “sentido nacionalista, político-cultural”. O artigo, no entanto, procura focalizar o papel da técnica no processo da expansão imperialista na conquista do Oeste do Brasil que acontecia no século XX, como reminiscência da bandeira histórica, marcada, no seu entendimento, pelos traços do primitivismo e da relação cultural com os silvícolas. Esse traço de primitivismo era considerado como um elemento simbólico fundamental para o desbravamento e a conquista territorial do Oeste:

O bandeirante se fizera índio, para vencer o índio; este, por sua vez, se tornara o co-autor da própria conquista. O simples regresso do bandeirante ao primitivismo dispensava o aparato das expedições, puxadas a canhão e a cavalaria. [...] os índios é que, muitas vezes, levavam vantagem sobre o conquistador. Os guaicurús, os chamados índios cavaleiros, ágeis, mobilíssimos, bem como os canoieiros – terríveis mergulhadores – estavam mais aparelhados para uma luta do que as grandes levas de expedicionários pedestres e ainda bisonhos em assuntos da canoa e cavalaria⁶⁵.

Tentando valorizar a participação indígena no processo da conquista do Oeste, o autor fugia das narrativas de extermínio e apresamentos, enfatizando a coparticipação indígena no processo de expansão da fronteira. Afirmando que o conquistador estava desprovido de tecnologias para a conquista, procurava valorizar a conquista como que realizada num espaço de contato cultural e não no conflito:

[...] Para a assimilação dos processos culturais indígenas muito terá contribuído o horizonte cultural do próprio conquistador. Se a máquina não existia, e se os meios de transporte consistiam na utilização do próprio índio, menores seriam os conflitos entre as duas culturas⁶⁶.

O primitivismo foi um traço cultural da bandeira que havia minimizado o conflito. O bandeirante ao retornar a um estágio primitivista no contato com o silvícola absorvia parte de suas habilidades para a conquista do sertão hostil. Esse elemento era destacado como um dos traços da brasilidade, estabelecendo o rompimento com a civilização europeia no contato com natureza hostil nas fronteiras do Oeste. Essa era uma herança que a bandeira histórica deixava para o neobandeirismo, e, para Cassiano Ricardo, evocar esses traços culturais no século XX faziam renascer esse sentimento. O bandeirismo, no seu ponto de vista, não

poderia ser tratado como um mito. No entanto, o sentimento de renascimento do sentimento bandeirante era observado pela expansão territorial para o Oeste, nutrindo esse sentimento de nacionalidade. Diferente de Turner, que visualizava o fim da fronteira no final do século XIX, Cassiano Ricardo vislumbrava a abertura de novas fronteiras, agora com o domínio da técnica, e que fariam ressurgir o sentimento da brasilidade. “A própria máquina, porém, conduzia os povos a um desesperado apelo às origens contra o assalto de uma civilização que suprime fronteiras e subverte as massas, desarraigando nelas o sentimento de nacionalidade”⁶⁷. O autor ainda chama atenção para que, mesmo com a supressão do indígena na nova bandeira, a técnica seria o elemento fundante para o renascimento do espírito bandeirante na expansão da nova fronteira:

O homem da cidade não poderia regressar tão facilmente no primitivismo, como o bandeirante do século XVII. Teria que substituir esse regresso por condições técnicas e culturais que lhe dessem as armas novas da penetração; o que era feito com a aglutinação do selvagem e, portanto, com a cumplicidade deste, teria que ser feito sem ele [...]”⁶⁸.

Seu objetivo, nessa argumentação, era justificar o tecnicismo implantado nos métodos de expansão da fronteira como elementos do renascimento do bandeirismo e, conseqüentemente, dos valores nacionalistas. Destacava as bandeiras militares com comissões que ocorriam em diversas regiões brasileiras, mas com ênfase no Centro-Oeste brasileiro, como na expansão de linhas telegráficas e a abertura de estradas. Destaca, nesse processo, a participação do General Rondon em sua missão no Mato Grosso:

Abriu à ciência um campo enorme de verificações e descobertas; à indústria todas as riquezas de florestas seculares. Soube coroar sua atividade estendendo o fio telegráfico, que os Parecis chamam língua de Mariano, em homenagem ao seu grande amigo, entre pontos extremos da sua pátria que ligou por uma gigantesca estrada de rodagem. [...] E mostrou à humanidade irmão primitivos, que mais uma vez lhe recordam a modéstia de sua origem”⁶⁹.

O General Rondon foi descrito na obra *Marcha para Oeste* como o “Bandeirante do Século XX”⁷⁰ por conta de suas missões nas fronteiras do Mato Grosso. Nesse artigo, em particular, o autor retoma a identificação da figura do desbravador em Rondon, apontando elementos fundamentais na sua missão militar na fronteira. Um dos pontos destacados por Cassiano Ricardo, além do domínio da técnica na moderna forma de bandeirar, foi o contato estabelecido com os indígenas na fronteira, identificado como elemento responsável pelo renascer do espírito bandeirante, o que pode ser considerado como semelhante ao princípio do *perennial rebirth* da fronteira americana em Turner⁷¹.

Cassiano Ricardo considerava, assim, a obra do General Rondon como mais humana e audaciosa que todas as demais explorações científicas realizadas no século XX. Também apresentava a relação entre Rondon e Roosevelt como marcas do neobandeirismo:

Roosevelt é outro nome que não pode ser esquecido nesta ligeira sùmula bandeirante. [...] O seu convívio com Rondon, a região onde se desenvolveu a sua atividade de sertanista, o valor de sua contribuição ao conhecimento da geografia brasileira, os rios que explorou (entre os quais o da Dúvida, hoje Roosevelt) ligam o seu nome à história do moderno bandeirismo brasileiro”⁷².

O autor procurava destacar as missões científicas como formas de renascimento do espírito bandeirante, e tanto Rondon quanto Roosevelt, apesar deste ser norte-americano, encarnavam o desbravador no Oeste em sua missão. Em uma nota de rodapé, o autor apresentava trechos de uma publicação feita pela *National Geographic Magazine* em 1923 cujo teor destacava o trabalho de Rondon realizado no “longínquo” sertão do Brasil. O breve trecho exaltava o papel como sertanista à frente de Serviço de Proteção aos Índios do Brasil, elogiando a sua política de não hostilização, bem como de não se utilizar de represálias no trato com o silvícola. O trecho terminava com uma afirmação de reconhecimento do trabalho de Rondon, destacado como a mais importante política de conservação de aborígenes já realizadas no Novo Mundo⁷³.

Podemos identificar, sumariamente, por meio da análise de um dentre os vários artigos publicados por Cassiano Ricardo na *Cultura Política*, a sua intenção em constituir o Oeste como uma categoria geográfica, cultural e simbólica. Da mesma forma, o modo como o autor se apropria dos elementos da fronteira nos permite identificar mitos pretéritos e modernos na nova configuração simbólica do Oeste. Nesse sentido, o Oeste aparecia, como uma fronteira de oportunidades em detrimento da abundância de seus recursos naturais, mas sobretudo pela possibilidade do renascimento perene do espírito bandeirante, com ênfase, nesse artigo analisado, no contato com o indígena: “O contato com as populações aborígenes reaviva o bandeirismo primitivo. Tais populações constituem o elemento sem o qual a obra de desbravamento seria impossível, até hoje”⁷⁴.

Considerações Finais

O Oeste, tomado a partir das fontes e dos autores estudados nesse artigo, esteve relacionado aos conceitos de fronteira e sertão. Fronteira no sentido da expansão das oportunidades econômicas e da nacionalidade, tal como veiculados na tese de Frederick Turner, e sertão como território enigmático (*wilderness*), terra de recursos naturais abundantes de possibilidades, mas também terreno hostil à espera da civilização e da colonização. Como argumentamos nesse texto, as revistas utilizadas neste trabalho veicularam imagens da fronteira como “terra livre e rica” em recursos naturais, localizada no Centro-Oeste do país, e em particular em Goiás. Nos textos aqui analisados foi constante a evocação do protagonismo dessa região em projetos nacionais modernizantes e na efetivação da própria integração territorial.

É nesse sentido que argumentamos que Henrique Silva, Zoroastro Artiaga e Cassiano Ricardo participaram do processo de consolidação ideológica do regime varguista, especialmente do Estado Novo e da política da conquista do Oeste. E isso como apoiadores da centralização política e administrativa do regime. Também como criadores de imagens para atração de migrantes e investidores para a expansão do povoamento e ocupação territorial do Planalto Central do Brasil. E, enfim, como conselheiros que apoiaram o Estado na promoção da exploração de recursos naturais e desbravamento e civilização da natureza e populações “hostis do sertão”. Nesse artigo, privilegiamos a dimensão da produção intelectual dessas imagens e em parte da obra dos três autores analisados, em especial por meio do exame de sua atuação como criadores e mediadores culturais em revistas. Esses autores esperavam, por meio de seus textos

emuladores, transformar os leitores dos periódicos em verdadeiros bandeirantes, os heróis da nacionalidade, da conquista e integridade territoriais; tema frequente, como vimos, na obra de Cassiano Ricardo. Importantes agendas futuras de pesquisa são a análise da circulação desses periódicos, assim como a presença de suas principais imagens nos discursos presidenciais e na expansão da propaganda da Marcha para o Oeste.

Nós ainda não temos no Brasil, como já acontece nos Estados Unidos, uma tradição de historiadores dedicados, exclusivamente, aos estudos do Oeste, e na qual se destacam historiadores ambientais como Donald Worster⁷⁵. Além disto, essa tradição americana conta com uma revista especializada na publicação e divulgação científica de trabalhos relacionados ao Oeste que se estabeleceu desde a década de 1960 (*Western Historical Quarterly*). Donald Worster (1992) nos chama atenção para as construções míticas do Oeste americano a partir de críticas elaboradas a Frederick Turner. Também aponta como desafio, o qual nos propomos a assumir, a compreensão do Oeste por meio da relação entre história, sociedade e natureza. Em suas palavras:

Os historiadores do Oeste não precisam se desesperar com este tema. Para aqueles com imaginação para encontrá-lo, há uma variedade densa de temas que podem ser, historicamente, escritos sobre esta região. Dentro de seus limites amplos e em todas as suas extensões esparsas, através do qual se encontra uma duração de mais de 200 anos de colonização europeia e outros milhares de anos de vida aborígene, a região oferece para estudar toda a ganância, a violência, beleza, a ambição e variedade que todos podem se utilizar. Com tempo e esforço suficiente, quem sabe um dia poderá oferecer uma história de cuidado, a adaptação duradoura das pessoas na terra. [...] Estamos começando a conhecer onde é o verdadeiro Oeste, o que ele foi, o que ele poderia ter sido, o que ele ainda pode ser. Estamos começando a conhecer o lugar pela primeira vez⁷⁶.

É nesse sentido que o nosso trabalho se posiciona. Não como um texto conclusivo, mas na clara percepção de uma retomada do debate clássico da fronteira, por meio da História Ambiental, buscando relacionar história e natureza nas diferentes interpretações do Brasil, sobretudo do Oeste brasileiro. Desafio incontornável parece ser a análise dos impactos ambientais de médio e longo prazo causados pela expansão da fronteira agropecuária no Centro Oeste na segunda metade do século XX. Não se trata obviamente de considerar como vitoriosa a propaganda dos recursos naturais da região por parte de nossos articulistas aqui analisados, mas de examinar criticamente seus conteúdos e seus efeitos. Brasília foi inaugurada em 1960 e promovida como a cidade síntese da história das bandeiras, por estar localizada no coração do país. O Centro Oeste é considerado, atualmente, a região de maior crescimento econômico no Brasil, com destaque para as atividades econômicas ligadas à pecuária. São dezenas de milhões de cabeças de gado criadas na região. Com esse panorama convivem a agricultura tecnificada e as monoculturas no Cerrado, com desmatamento de vegetação nativa, contaminação das águas, assoreamento de leitos de rios e comprometimento da biodiversidade. A compreensão das imagens de promoção do Oeste, tal como nos ensina Worster no trecho citado acima, tem muito a nos dizer sobre o que foi a região, o que ela poderia ter sido, o que ela ainda pode ser. Para citá-lo mais uma vez: estamos conhecendo, ainda, o lugar.

Bibliografia

- Andrade, Rômulo de Paula. "A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966)", Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.
- Araújo, Délio Moreira de. *Mais planos que realizações - a estrada de ferro no Estado de Goiás*. Goiânia, Oriente, 1974.
- Artiaga, Zoroastro. "Economia de Goiás". *Revista Oeste*, Ano II, Nº 05, 1943.
- ". "Minério de Radium em Goiás (ao Instituto de Pesquisa Tecnologia de S. Paulo)", *Revista Oeste*, Ano II, Nº 11, 1943.
- Bernardino, Maria Gabriela de Almeida. "Um Mapa para a República: a Comissão da Carta Geral do Brasil (1903-1932)". Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2013.
- Carames Beskow, Gabriela. "A pátria é a terra": as representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo", Tese de Doutorado, Centro de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.
- Centenário das Ferrovias Brasileiras*, Rio de Janeiro, IBGE, 1954.
- Cetina, K. Knorr. *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1999.
- Costa, Maria Beatriz R. "A revolução de 30 e a revista oeste na consolidação de Goiânia, do bandeirismo utópico à concretização do discurso. Goiânia", Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, 1994.
- Cronon, William. *Uncommon Ground: Rethinking the Human Place in Nature*. New York/London, W.W. Norton & Company, 1996.
- Dutra e Silva, Sandro. "No caminho um Jatobá: enfrentamento e devastação da natureza na conquista do 'último Oeste'". In: Franco, José Luiz de Andrade; Dutra e Silva, Sandro; Drummond, José Augusto e Galvão Tavares, Giovana. *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2012.
- ". "O desbravador do Oeste: categorias e referências simbólicas para a colonização de Goiás na Era Vargas". In: Marin, Joel Orlando Bevilacqua e Neves, Delma Pessanha (orgs.), *Campesinato e Marcha para Oeste*, Santa Maria, Ed. da UFSM, 2013.
- Esterci, Neide. "O mito da democracia no país das bandeiras: análise simbólica dos discursos sobre colonização e migração no Estado Novo", Dissertação Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.
- ". "As Bandeiras: modelo de democracia para o Estado Novo", in: Marin, Joel Orlando Bevilacqua e Neves, Delma Pessanha (orgs.), *Campesinato e Marcha para Oeste*, Santa Maria, Ed. da UFSM, 2013.
- Franco, José Luiz de Andrade e Drummond, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2009.
- Galli, Ubirajara. *A história do batismo cultural de Goiânia*. Goiânia, Contato Comunicação Editora UCG, 2002.
- Gomide, Leila Regina Scalia. *O pesadelo de uma perda: a estrada de ferro Goiás em Araguari*. São Paulo, USP, 1986.
- Hennessy, Alistair. *The Frontier in Latin American History*, London, Edward Arnold, 1978.
- Lenharo, Alcir. *Sacralização da política*, Campinas, Papirus, 1986.
- ". *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste: os anos 30*, Campinas, Ed. Unicamp, 1986.
- Lima, Nísia Trindade. "Brasília: a capital no sertão". In: Lima, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*, 2a ed. São Paulo, Hucitec, 2013.
- McCreery, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, California, Stanford University Press, 2006.
- Mendonça, Sônia Regina de. *O Ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.
- ". "Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura", *Mundo Agrario, Revista de Estudios Rurales*, La Plata, Argentina, Vol. 1, Nº 1-2.
- Nash, Roderick Frazier. *Wilderness and the American Mind*, New Haven/London, Yale University Press, 1982.
- Pádua, José Augusto. "Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica". *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, 2000, Vol.6, supl.
- Pereira da Silva e Mello, Vanessa. "O 'agricultor progressista': ciência e proteção à natureza nas revistas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1897-1932)", Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.
- Peyerl, Drielli. "O Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobrás na formação de profissionais para a exploração do petróleo no Brasil". Tese de Doutorado em Ensino e História de Ciência da Terra, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2014.
- Quintaneiro, Tânia. "Plantando nos campos do inimigo: japoneses no Brasil na II Guerra Mundial". *Estrato Ibero-americano*, PUCRS, Vol. XXXII, Nº 02, dez, 2006.
- Ribeiro, Rafael Winter. "A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930)", Tese de Doutorado, Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

- Ricardo, Cassiano. "As Bandeiras do século XX". *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, Ano II, Nº 11, Rio de Janeiro, jan. 1942.
- "Regimes e rótulos". *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, Ano II, Nº 11, Rio de Janeiro, jan. 1942.
- *Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 3ª ed., 1959.
- Smith, Henry Nash. *Virgin Land: the American West as Symbol and Myth*, Cambridge, Massachusetts/London, England, Harvard University Press, 2009.
- Teixeira, Pedro Ludovico. *Memórias*. Goiânia, Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.
- Teles, José Mendonça. *Memórias goianienses*. Depoimentos, Goiânia, UCG, 1986.
- Turner, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. Mineola, New York, Dover Publications, Inc., 2010.
- Vasconcelos, Adirson. *Os pioneiros da construção de Brasília*, Brasília, Senado Federal, 1992.
- Vergara, Moema de Rezende. "Ciência e história no relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República". *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*. Rio de Janeiro, Vol. 13, Nº 4, out.-dez. 2006.
- Webb, Walter Prescott. *The Great Frontier*. Reno, Las Vegas, University of Nevada Press, 2003.
- Worster, Donald. *Under Western Skies: Nature and History in the American West*. New York, Oxford University Press, 1992.

Notas

¹ Frederick Jackson Turner, *The Frontier in American History*, Mineola, New York, Dover Publications, Inc., 2010; Alistair Hennessy, *The Frontier in Latin American History*, London, Edward Arnold, 1978; William Cronon, *Uncommon Ground: Rethinking the Human Place in Nature*, New York/London, W.W. Norton & Company, 1996; Roderick Frazier Nash, *Wilderness and the American Mind*, New Haven/London, Yale University Press, 1982; Henry Nash Smith, *Virgin Land: the American West as Symbol and Myth*, Cambridge, Massachusetts/London, England, Harvard University Press, 2009; Walter Prescott Webb, *The Great Frontier*, Reno, Las Vegas, University of Nevada Press, 2003; Donald Worster, *Under Western Skies: Nature and History in the American West*, New York, Oxford University Press, 1992.

² Worster, *op. cit.*

³ Smith, *op. cit.*

⁴ Turner, *op. cit.*

⁵ Hennessy, *op. cit.*

⁶ David McCreery, *Frontier Goiás, 1822-1889*, Stanford, California, Stanford University Press, 2006.

⁷ Sobre a Marcha para o Oeste, pode-se consultar: Gabriela Carames Beskow. "A pátria é a terra': as representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo", Tese de Doutorado, Centro de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010; Alcir Lenharo, *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste: os anos 30*, Campinas, Ed. Unicamp, 1986; Neide Esterci, "O mito da democracia no país das bandeiras: análise simbólica dos discursos sobre colonização e migração no Estado Novo", Dissertação Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.

⁸ Neide Esterci, "As Bandeiras: modelo de democracia para o Estado Novo", in: Joel Orlando Bevilacqua Marin e Delma Pessanha Neves, (orgs.), *Campesinato e Marcha para Oeste*, Santa Maria, Ed. da UFSM, 2013.

⁹ Alcir Lenharo, *Sacralização da política*, Campinas, Papyrus, 1986, p. 16

¹⁰ Getúlio Vargas, apud, Pedro Ludovico Teixeira, *Memórias*, Goiânia, Livraria Editora Cultura Goiana, 1973, p. 124.

¹¹ *Informação Goyana*, Ano I, Nº 2, setembro de 1915.

¹² K. Knorr Cetina, *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1999.

¹³ Moema de Rezende Vergara, "Ciência e história no relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República", *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, Vol. 13, Nº 4, pp. 909-925, out.-dez. 2006.

¹⁴ José Mendonça Teles, *Memórias goianienses*, Depoimentos, Goiânia, UCG, 1986.

¹⁵ Sônia Regina de Mendonça, *O Ruralismo brasileiro (1888-1931)*, São Paulo, Editora Hucitec, 1997; Sônia Regina de Mendonça, "Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura", *Mundo Agrário, Revista de Estudos Rurales*, La Plata, Argentina, Vol. 1, Nº 1-2, p. 2000.

¹⁶ Sobre a atuação dos membros da SNA em prol da centralização de medidas de exploração racional da natureza, ver Vanessa Pereira da Silva e Mello, "O 'agricultor progressista': ciência e proteção à natureza nas revistas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1897-1932)", Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

- ¹⁷ *Idem*. Sobre a SNA, o MAIC e suas redes de propaganda em prol da diversificação da produção agrícola, ver também Rafael Winter Ribeiro, "A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930)", Tese de Doutorado, Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- ¹⁸ *Informação Goyana*, Editorial, Ano I, Nº 1, agosto de 1917.
- ¹⁹ *Informação Goyana*, Ano I, Nº 1, agosto de 1917.
- ²⁰ *Informação Goyana*, Ano I, Nº 2, setembro de 1917.
- ²¹ A rigor, suas obras só tiveram início no estado de Goiás em 1911. Em meio a muitos percalços, inclusive por ser obra de capital privado, o governo federal, em 1920, assumiu a obra e seu desenho foi refeito de modo a ligar o Triângulo Mineiro a Goiás. *Centenário das Ferrovias Brasileiras*, Rio de Janeiro, IBGE, 1954; Délio Moreira de Araújo, *Mais planos que realizações - a estrada de ferro no Estado de Goiás*, Goiânia, Oriente, 1974; Leila Regina Scalia Gomide, *O pesadelo de uma perda: a estrada de ferro Goiás em Araguari*, São Paulo, USP, 1986.
- ²² *Informação Goyana*, Ano V, Nº 4, novembro de 1920, p. 25.
- ²³ *Informação Goyana*, Ano V, Nº 3, outubro de 1920.
- ²⁴ *Informação Goyana*, Ano XIII, Nº 7, fevereiro de 1929.
- ²⁵ *Informação Goyana*, Ano VII, Nº 11, junho de 1924.
- ²⁶ *Informação Goyana*, Ano VI, Nº 4, novembro de 1922.
- ²⁷ Sobre a história da produção do mapa de 1922 como "a maior obra" da cartografia nacional na República, ver Maria Gabriela de Almeida Bernardino, "Um Mapa para a República: a Comissão da Carta Geral do Brasil (1903-1932)", Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2013.
- ²⁸ *Informação Goyana*, Ano III, Nº 4, novembro de 1919. Nessa ocasião, estudos de prospecção para extração de petróleo restringiam-se à exploração do subsolo. A pesquisa e extração em águas profundas tiveram início no país apenas no fim da década de 1960. Sobre o tema, pode-se consultar Drielli Peyerl. "O Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobrás na formação de profissionais para a exploração do petróleo no Brasil", Tese de Doutorado em Ensino e História de Ciência da Terra, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2014.
- ²⁹ *Informação Goyana*, Ano V, Nº 2, setembro de 1920.
- ³⁰ *Informação Goyana*, Ano VII, Nº 3, outubro de 1923.
- ³¹ *Informação Goyana*, Ano VII, Nº 4, novembro de 1923. Sobre o conservacionismo brasileiro no século XX, ver José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond, *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*, Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2009.
- ³² *Informação Goyana*, Ano XIV, Nº 4 e 5, novembro e dez de 1930.
- ³³ *Informação Goyana*, Ano XV, Nº 6 e 7, janeiro e fevereiro de 1931.
- ³⁴ *Informação Goyana*, Ano XV, Nº 9, abril de 1931.
- ³⁵ *Informação Goyana*, Ano XVI, Nº 3, outubro de 1932.
- ³⁶ *Informação Goyana*, Ano XVI, Nº 5, dezembro de 1932.
- ³⁷ *Informação Goyana*, Ano XVII, Nº 1, julho e agosto de 1933.
- ³⁸ *Informação Goyana*, Ano III, Nº 4, novembro de 1919. A bibliografia sobre o tema é bastante ampla. Como boas referências, podemos citar: José Augusto Pádua, "Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica", *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, 2000, Vol.6, supl., pp. 793-811; Rômulo de Paula Andrade, "A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966)", Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.
- ³⁹ *Informação Goyana*, Ano V, Nº 2, setembro de 1920.
- ⁴⁰ "O que se debata na comissão elaboradora da futura constituinte", *Informação Goyana*, novembro de 1932; "Em defesa da localização da nova metrópole no Planalto Central", *Informação Goyana*, fevereiro de 1933; "A mudança da capital da República: projeto de lei apresentado à Assembleia Constituinte", *Informação Goyana*, novembro de 1933.
- ⁴¹ Adirson Vasconcelos, *Os pioneiros da construção de Brasília*, Brasília, Senado Federal, 1992.
- ⁴² Nísia Trindade Lima. "Brasília: a capital no sertão", In: Nísia Trindade Lima, *Um Sertão Chamado Brasil*, 2a ed. São Paulo, Hucitec, 2013, pp. 326-357.
- ⁴³ Maria Beatriz R. Costa, "A revolução de 30 e a revista oeste na consolidação de Goiânia, do bandeirismo utópico à concretização do discurso. Goiânia", Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, 1994.
- ⁴⁴ *Ibid.*
- ⁴⁵ Ubirajara Galli, *A história do batismo cultural de Goiânia*, Goiânia, Contato Comunicação Editora UCG, 2002
- ⁴⁶ Zoroastro Artiaga, "Minério de Radium em Goiás (ao Instituto de Pesquisa Tecnológica de S. Paulo)", *Revista Oeste*, Ano II, Nº 11, 1943, pp. 434-435.
- ⁴⁷ Pesquisamos em documentos sobre os dados de Axel, mas não encontramos nenhuma informação. Realizamos pesquisa na internet em sites acadêmicos e outros para identificarmos o personagem citado por Zoroastro, mas também não encontramos nenhuma informação disponível.
- ⁴⁸ Artiaga, *op. cit.*, p. 435.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 434-435

⁵⁰ Zoroastro Artiaga, "Economia de Goiaz", *Revista Oeste*, Ano II, Nº 05 1943, p. 189.

⁵¹ Tânia Quintaneiro, "Plantando nos campos do inimigo: japoneses no Brasil na II Guerra Mundial", *Estrato Ibero-americano*, PUCRS, Vol. XXXII, Nº 02, dez, 2006, pp. 155-169.

⁵² *Idem*.

⁵³ Turner, *op. cit.*

⁵⁴ Cassiano Ricardo, *Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 3ª ed., 1959.

⁵⁵ *Ibidem*, p. XXXII

⁵⁶ Lenharo, *op. cit.*, p. 15

⁵⁷ Sandro Dutra e Silva, "No caminho um Jatobá: enfrentamento e devastação da natureza na conquista do 'último Oeste'", in: José Luiz de Andrade Franco, Sandro Dutra e Silva, José Augusto Drummond, Giovana Galvão Tavares, *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*, Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2012; Sandro Dutra e Silva. "O desbravador do Oeste: categorias e referências simbólicas para a colonização de Goiás na Era Vargas", in: Joel Orlando Bevilacqua Marin e Delma Pessanha Neves (orgs.), *Campesinato e Marcha para Oeste*, Santa Maria, Ed. da UFSM, 2013.

⁵⁸ Ricardo, *op. cit.*

⁵⁹ Silva, 2013, *op. cit.*

⁶⁰ Ricardo, *op. cit.*, p. 321

⁶¹ Silva, 2013, *op. cit.*

⁶² Cassiano Ricardo, "As Bandeiras do século XX", *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, Ano II, Nº 11, Rio de Janeiro, jan. 1942, pp. 13-26.

⁶³ Cassiano Ricardo, "Regimes e rótulos", *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, Ano II, Nº 11, Rio de Janeiro, jan. 1942, p. 109

⁶⁴ Ricardo, *As bandeiras do século XX...*, *op. cit.*

⁶⁵ *Ibidem*, p. 14

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 15

⁶⁸ *Ibidem*, p. 16

⁶⁹ *Ibidem*, p. 21

⁷⁰ Ricardo, 1959, *op. cit.*

⁷¹ Turner, *op. cit.*

⁷² Ricardo, 1942, *op. cit.*, p. 21

⁷³ *Idem*.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 23

⁷⁵ Worster, *op. cit.*

⁷⁶ [...] the Western historians need not despair of the West. For those with imagination to find it, there is plenty of thick history to be written about this region. Within its spacious boundaries and across its sparse, dry expanses, through what is now more than two hundred years of European settlement and many thousands of Indian life, this region offers for study all the greed, violence, beauty, ambition, and variety anyone could use. Given enough time and effort, it may someday also offer a story of careful, lasting adaptation of people to the land. [...] We are beginning to know where the true West is, what it has been, what it might have been, what it might still be. We are beginning to know the place for the first time. *Ibidem*, p. 33.